— O imposto municipal sobre serviços não incide sobre depósitos bancários.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Banco Econômico da Bahia S. A. *versus* Prefeitura Municipal de Lucélia
Recurso extraordinário nº 71 177 — Relator: Sr. Ministro
RODRIGUES ALCKMIM

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plena, por unanimidade de votos, conhecer e prover o recurso, e declarar inconstitucional o art. 1º, inc. VIII, do Decreto municipal nº 1 204/67, de Lucélia, Estado de São Paulo, e o inc. VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, do mesmo Município, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 18 de abril de 1974. *Eloy da Rocha*, Presidente. *Rodrigues Alckmim*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Rodrigues Alckmim: Impetrou o Banco Econômico da Bahia S.A. “mandado de segurança contra o Prefeito

de Lucélia por estar a referida Prefeitura a exigir o recolhimento do “Imposto sobre serviços de qualquer Natureza” correspondente aos períodos janeiro a maio e de junho a setembro de 1967, e mais um adicional de 10%, calculado o tributo à razão de 0,03% do total do ativo dos balanços relativos ao mencionados períodos, argüindo de inconstitucional, ilegal e absurda tal cobrança estabelecida pela Lei municipal nº 840, de 1966, e isto: *a*) por ter sido a lei publicada só a 23 de abril e assim não ter aplicação no exercício de 1968 em razão do art. 8º do Ato Complementar nº 35; *b*) por ser desconforme a Lei nº 5 172, de 25.10.66 (Código Tributário Nacional), é feito o lançamento sobre “o total do ativo e não sobre totais constantes de cada balancete mensal” (art. 12 e inc. VIII da Tabela I da Lei municipal em qualquer das previsões do art. 71 do Código Tributário Nacional, podendo as Prefeituras impor tributos sobre os

atos previstos no art. 71 citado, “mas não podem estendê-los a outros atos não previstos e que assim a Lei nº 840 taxa atos que constituem fatos geradores dos outros impostos, uns da União e outros do Estado.”

Foi-lhe a segurança denegada em as instâncias, vindo o recurso extraordinário pelas alíneas *a* e *c*, sustentando que depósitos e cobranças bancárias não estão sujeitos a pagamento de tributo municipal. Assim, o inciso VIII do art. 1º do Decreto municipal nº 1 204/67 e o inc. VIII da Tabela I da Lei nº 840/66, de Lucélia, ao tributarem tais operações, vulneram a Constituição Federal de 1967 (art. 22, VI, e 25, II) e o Código Tributário Nacional (art. 71).

Mandado processar o recurso em provimento de agravo, a Procuradoria-Geral da República é pelo seu provimento, nos termos seguintes (fls. 138):

“Trata-se de cobrança de Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza, decorrente de depósitos bancários.

De modo a não deixar a menor dúvida a respeito da incidência do imposto de serviço de qualquer natureza sobre os depósitos bancários, dispõe o nº 37 da lista de serviços anexa ao Decreto-lei nº 834, de 8.9.69, *verbis*:

“37. Depósitos de qualquer natureza (*exceto o depósito feito em bancos ou outras instituições financeiras*)” (o grifo não é do original).

Em face do exposto, manifestamo-nos pelo conhecimento e provimento do presente recurso”.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Rodrigues Alckmim (Relator): Dizem o art. 1º e seu inc. VIII do

Decreto municipal nº 1 204/67, de Lucélia:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes alíquotas para a cobrança do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza, de acordo com o que dispõe o § 1º do art. 9º do Ato Complementar nº 34:

...

VIII — atividade de depósitos e cobranças, inclusive bancários — 0,03% sobre os totais constantes de cada balancete mensal”.

E o inc. VIII da Tabela I da Lei nº 840, de 1966, consigna a alíquota com redação idêntica.

Tenho que a inconstitucionalidade dos dispositivos mencionados é de reconhecer-se, com o provimento do presente recurso, para conceder a segurança impetrada.

Excluindo a legitimidade com que exigido o imposto sobre serviços de qualquer natureza, com relação a depósitos bancários, firmou o julgado no RE nº 69 780-SP (RTJ, 55/727), relatado pelo eminente Ministro Barros Monteiro: “Não constitui serviço em si, capaz de surgir como fato gerador do tributo municipal”. E o julgado reproduz decisão que assim se manifestou a respeito (RTJ, 55/727):

“Pelo Código Tributário (art. 71), a competência do Município para tributar serviços de *qualquer natureza* é residual, isto é, somente poderá cobrar o tributo de serviço, que não configure, por si só, *fato gerador* de impostos de competência da União ou dos Estados”.

Ora, o art. 63 do mesmo Estatuto, disciplinando o imposto sobre “operações de crédito”, dispõe: “O imposto de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador: II) quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela en-

trega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado”.

A Lei federal nº 5 143, de 20.10.66, no art. 1º, I, já dispunha, no mesmo sentido.

Nas expressões “colocação à disposição do interessado”, está compreendido o *depósito bancário*.

Ou, como decidiu esta eg. Câmara: “Ora, o cliente, quando faz o depósito, coloca-o à disposição do banco para que o empregue como melhor a este parecer. Os depósitos, no dizer de Cambé, publicista espanhol citado por Gilberto Nóbrega em sua monografia sobre o *Depósito bancário*, 2. ed. 1966, p. 40, são operações passivas imprescindíveis para que possam os bancos exercer com expansão sua finalidade ativa: os empréstimos. Vê-se, pois, que o depósito é, por substância, operação de crédito e instrumento necessário à realização de outras operações dessa mesma natureza, muito embora não se possa negar, paralelamente, seja um serviço que o banco presta ao depositante. Mas como operação financeira ou de crédito, inclui-se potencialmente na esfera da incidência do tributo federal, razão por que deve ficar excluída do imposto municipal de serviços”.

Também quanto à inadmissibilidade da cobrança do imposto sobre serviços relativamente a depósitos bancários, assim se manifestou o eminente Aliomar Baleeiro: “feriria a Constituição o imposto sobre serviços tendo como fato gerador a existência de depósitos bancários com base de cálculo sobre o total destes, que são *débitos* do banco e não *serviços* por ele prestados” (Ag nº 47 731-SP, in *RTJ*, 53/584).

Com relação a comissões de desconto de títulos, também repudiou a exigibilidade do imposto, o acórdão no RE nº 71 213-BA (*RTJ*, 59/172), relatado pelo eminente Ministro Djaci Falcão.

Restaria, aqui, o aspecto da tributação pelas “atividades de cobranças”. Mas admitida a tributação pela atividade de cobrança (sem desconto dos títulos), incabível seria ela sobre o total do ativo constante do balanço como exigido) ou dos balancetes.

E de observar é que não se trata, no caso, de fatos distintos (depósitos, cobranças), mas de atividades que se reuniram para justificar a imposição fiscal).

Nas guias que a própria impetrada exibiu se vê que o imposto foi calculado sobre o “movimento”, o que positiva a ilegitimidade da tributação.

Dando pela inconstitucionalidade dos textos impugnados, assim o declaro e, conhecendo do recurso, lhe dou provimento para conceder a segurança.

EXTRATO DA ATA

RE nº 71 177 — S P— Rel., Ministro Rodrigues Alckmim. Recte., Banco Econômico da Bahia S.A. (Adv., José Calmon de Souza Teixeira). Recda., Prefeitura Municipal de Lucélia (Adv., Octávio de Almeida Prata e outro).

Decisão: Conhecido e provido o recurso, e declarada a inconstitucionalidade do art. 1º, inc. VIII, do Decreto municipal nº 1 204/67, de Lucélia, Estado de São Paulo, e a do inc. VIII, da Tabela I, da Lei nº 840/66, do mesmo Município. Unânime. Votou o Presidente.

Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à sessão os Srs. Ministros Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Thompson Flores, Bilac Pinto, Antonio Neder Xavier de Albuquerque e Rodrigues Alckmim. Procurador-Geral da República, o Prof. José Carlos Moreira Alves. Licenciados, os Srs. Ministros Barros Monteiro e Luiz Gallotti.